

CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA Nº 1621/1989

Ementa

CRIA O IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS.

Data da Norma Data de Publicação Veículo de Publicação

23/02/1989

Status de Vigência

Em vigor

Histórico de Alterações				
Data da Norma	Norma Relacionada	Efeito da Norma Relacionada		
27/12/1989	Lei Ordinária nº 1667/1989	Alterada por		
27/12/1989	Lei Ordinária nº 1667/1989	Revogada parcialmente por		
27/12/1989	Lei Ordinária nº 1668/1989	Alterada por		
12/03/1991	Lei Ordinária nº 1765/1991	Alterada por		
23/12/2003	Lei Ordinária nº 2696/2003	Norma correlata		
22/07/2009	Lei Ordinária nº 3246/2009	Alterada por		

PREFEITURA

LEI 1621/1989



MIGUEL LANDIM, No CGC(MF) 45.321.460/0001-50

LEI Nº 1.621, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1.989

Lei	11/765	72	
	nº 1655.		
Lei	1.1667	2	-1/2/67
Lei	0		1_1_
Lei	n	7	11

INSTITUI O IMPOSTO SOBRE P. TRANSPISSAL "INTER-VIVOS", A QUALQUER TÍTULO. ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS E DE REITOS REAIS SOBRE ELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITINGA, faço saber que a Câmara Municipal de Ibitinga, através da Resolução 1.662/89, aprovou e su promulço a sequinta lei:

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA

ARTIGO 1º - O imposto de transmissão Minter

I - sobre a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos ' reais sobre eles, exceto os de garantia, bem como cessão direitos à sua aquisição.

ARTIGO 2º - Estão compreendidos na incidência

do imposto:-

vivos" incide:-

- a compra e venda;
- a dação em pagamento;
- III a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se " tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens : contiquo:
- IV - a aquisição por usucapião:
- os mandatos em causa propria ou com poderes equivalentes pa ra a transmissão de imóveis e respectivos substabelecimentos;
- a arrematação, a adjudicação e a remissão;
- VII a cassão de direitos do arrematante ou adjudicatório, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

PREFEITURA MUNIC







RUA MIGUEL LANDIM; Nº 333 CGC(MF) 45,321,460/0001-50

FOLHA 02

LEI Nº 1.621/89-cont. fl. 01

- VIII o valor dos bens imóveis que, na divisão do patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges sepa
 rados ou divorciados, acima do respectivo quinhão ou meação;
- 1X a cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra
 a venda;
- X todos os demais atos translativos de imóveis por natureza: ou acessão física a constitutivos de direitos romis sobre i móveis, exceto os de garantia.

ARTIGO 3º - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou di reitos referidos no artigo lº:-

- I sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, in corporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, enesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imó veis ou arrendamento mercantil;
- II na divisão amigável ou judicial, exceção feita a atribuição de pagamento acima do respectivo quinhão.

ARTIGO 4º - Não é devido o imposto:-

- I nas transmissões de iméveis para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, quando destinados aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos, bem assim, as respectivas autarquias, observando-se o disposto no artigo 150, inciso VI, parágrafo 2º, da Constituição Federal;
- II nas transmissões de imóveis para templos de qualquer cul
 to, partidos políticos, inclusive suas fundações; das entida
 des sindicais dos trabalhadores; das instituições de educa
 ção e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos
 os requisitos a serem fixados pelo executivo, através de por
 taria.

EI 1621/198

TADO DE SÃO PAULO

RUA MIGUEL LANDIM; Nº 333 CGC(MF) 45,321.460/0001-50

FOLHA 03

LEI Nº 1.621/89-cont. fl. 02

CAPÍTULO II

DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO

ARTIGO 5º - O imposto será arrecadado de acordo com as alíquotas seguintes:-

- transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Hab<u>i</u>
 - a) sobre o valor efetivamente financiado:- 0,5%(meio por cento);
 - b) sobre o restante: 2,0% (dois por cento).
- II demais transmissões a título oneroso:
 - a) 2,0% (dois por cento).

CAPÍTULO III

DOS CONTRIBUINTES

ARTIGO 6º - São contribuintes do imposto:-

- I nas transmissões "inter-vivos", exceto a hipótose prevista na alínea seguinte o adquirente do bem imóvel ou do direito a ele relativo:
- II nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de com pra e venda - os cessionários.

CAPÍTULO IV

DO VALOR DOS BENS E DIREITOS TRANSMITIDOS

ARTICO 7º - A base de cálculo para cobrança será, de regra, o preço ou o valor econômico do negócio jurídico declarado no eto. O cálculo será efetuado, porém, com base no dobro dos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo órgão federal competente, respectivamente para imóvel urbano

L



RUA MIGUEL LANDIM; Nº 333 CGC(MF) 45,321,460/0001-50

FOLHA 04

LEI Nº 1.621/89-cont. fl. 03

e rural, quando, havendo incidência de imposto de transmissão ou devendo existir natural coincidência com o valor do imóvel,o pre ço ou valor econômico do negócio jurídico declarado lhes for inferior.

ARTIGO 89 - O valor venal será previamente fixado pelo Município, quando a propriedade for urbana, com base nos valores constantes de cadastro. Quando a propriedade for rural, o valor venal aceito será o constante do cadastro do órgão federal competente.

ARTICO 9º - Nas arrematações o valor será o correspondente ao preço do maior lanço e nas adjudicações e remissões o correspondente ao maior lanço ou à avaliação nos termos do disposto na lei processual, conforme o caso.

ARTIGO 10 - Na apuração do valor dos direitos adiante especificados, serão observados as seguintes normas:

- I o valor dos direitos reais de usufruto, uso e habitação se rá o de 1/3 (um terço) do valor da propriedade;
- II o valor da nua-propriedade será o de 2/3 (dois terços) do valor do imóvel.

ARTIGO 11 - Nas transmissões "inter-vivos", a título oneroso, em que houver reserva em favor dos transmiten tes do usufruto, uso ou habitação sobre o imóvel, o imposto será recolhido na seguinte conformidade:-

I - no ato da escritura, sobre o valor integral da propriedade.

ARTIGO 12 - Nas cessões de direitos decor rentes de compromisso de compra e venda, será deduzida do valor tributável a parte do preço ainda não paga pelo cadente.

MUNICIPAL

DE

IBITINGA



RUA MIGUEL LANDIM; Nº 333 CGC(MF) 45.321.460/0001-50

FOLHA 05

LEI № 1.621/89-cont. fl. 04

DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO

ARTICO 13 - Nas transmissões "inter-vivos", excetuadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos se guintes, o imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contreto sobre o qual incide, se por instrumento público, e no prazo de trinta (30) dias de sua data, se por instrumento particular.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o instrumento público seja realizado fora do horário normal do expediente encarrega do da arrecadação, o imposto será recolhido no primeiro dia útil seguinte ao da lavratura do ato.

ARTIGO 14 - Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pago dentro de trinta (30) dias desses atos, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que esta não seja extraída.

FARÁGRAFO ÚNICO - No caso de oferecimento de embargos, o prazo se contará da sentença transitada em julga do, que os rejeitar.

ARTIGO 15 - Nas transmissões "inter-vivos" realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, fora do Município ou do Estado, o imposto será pago dentro de trinta (30) dias contados da data da assinatura do termo, do transito em julgado da sentença ou da celebração do ato ou contrato, conforme o caso.

CAPÍTULO VI

DAS MULTAS DE MORA E CORREÇÃO

1000

ARTIGO 16 - As importâncias do imposto, não



RUA MIGUEL LANDIM; Nº 333 CGC(MF) 45.321.460/0001-50

FULHA 06

LEI Nº 1.621/89-cont. fl. 05

pagas nos prazos estabelecidos, serão acrescidas da multa moratória de 10% (dez por cento), se o recolhimento não se fizer eté 30 (trinta) dias, contados da data de seu vencimento, mais correção palo Índice oficial do governo federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando se apurar recolhimento de imposto, feito com atraso, sem a multa moratória e correção, será o contribuinte notificado a pagá-lá dentro de trinta (30) dias, na base de 50% (cincoenta por cento) sobre a importância total do imposto.

CAPÍTULO VII

DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO

ARTIGO 17 - O imposto será restituído quando indevidamente recclhide ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

CAPÍTULO VIII

DAS RECLAMAÇÕES E RECURSOS

ARTIGO 18 - O contribuinte que não concor- dar com o valor previamente fixado para a base de cálculo poderá apresentar reclamação contra a estimativa fiscal, dentro do prazo de trinta (30) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - A reclamação não terá <u>s</u> feito suspensivo e deverá ser instruída com a prova do pagamento do imposto.

ARTIGO 19 - A reclamação será julgada pelo Prefeito Municipal, mediante prévio parecer da Procuradoria Jurídica do Município.



MIGUEL LANDIM: No CGC(MF) 45.321.460/0001-50

FOLHA D7

LEI Nº 1.621/89-cont. fl. 06

CAPÍTULO IX

DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

ARTIGO 19 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

ARTIGO 20 - Fica o Prefeito Municipal rizado, através de Portaria, a regulamentar o modelo das guias pa ra o recolhimento de imposto de que trata esta lei, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da sua publicação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Enquanto não regulamentado o modelo, os contribuintes ficam autorizados a proceder o re colhimento junto a Prefeitura Municipal em guia que está fornece rá, da qual deverá constar, pelo menos, os seguintes dados:-

- Nome do contribuinte e CPF/MF;
- Cartório onde o ato será lavrado, se o instrumento for pu blico:
- III Nome do transmitente;
- IV Localização do imovel;
- V Valor venal do imóvel, nos termos do art. 7º desta lei;
- Valor do negócio jurídico:
- VII Valor do financiamento, se for o caso;
- VIII- Valor a recolher.

ARTICO 21 - O Município fica autorizado, a qualquer tempo, a proceder a avaliação do imóvel transacionado para a cobrança de eventual diferença de valor recolhido, acresci do de juro e correção. Provado, em qualquer caso, que o preço ou





ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MIGUEL LANDIM; Nº 333 CGC(MF) 45,321.460/0001-50

FULHA 08

LEI Nº 1.621/89-cont. fl. 07

valor constante do instrumento de transmissão foi inferior ao realmente contratado, será aplicado a ambos os contratantes multa equivalente a duas vezes a diferença do imposto não recolhido, sem prejuízo do pagamento deste.

ARTIGO 22 - Poderá o Prefeito Municipal firmar convênios com qualquer entidade bancária ou caixa, oficiais, para o recolhimento do tributo era instituído.

ARTIGO 23 - Esta lei entrará em vigor na da ta de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

=DR. YASHIED SATO=

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Diretoria Geral * de Administração da P.M., em 23 de fevereiro de 1.989.

=DORACI NOVELAI LOPES=

Chefe da Secção de Expediente